

## LIBRAS PARA OUVINTES: PARA ALÉM DO ENSINO DE LÍNGUA, UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO SOCIAL

Walquiria Pereira da Silva Dias; Joselina Almeida Diniz Cardoso; Julio Cesar de França Dias;  
Lilia Ferreira da Luz

*Universidade Federal do Maranhão, [wal\\_ps10@hotmail.com](mailto:wal_ps10@hotmail.com)  
Faculdade Pitágoras do Maranhão, [joselinadiniz@hotmail.com](mailto:joselinadiniz@hotmail.com)  
Universidade Federal do Maranhão, [jcgeo11@gmail.com](mailto:jcgeo11@gmail.com)  
Faculdade Pitágoras do Maranhão, [liliandaluz@hotmail.com](mailto:liliandaluz@hotmail.com)*

**Resumo:** Partindo do pressuposto que a educação é um direito de todos, as pessoas surdas ocupam os diversos setores sociais, tendo a educação como o principal. Com a presença de surdos nas instituições escolares, a Língua Brasileira de Sinais adentra esses espaços como instrumento de acesso do aluno surdo aos conteúdos e meio de interação com a comunidade escolar. Nesse viés, a iniciativa do ensino da Libras para os demais sujeitos participantes desse processo surge como estratégia para que haja uma inclusão efetiva dos surdos, mas também como instrumento de inclusão social de todos os discentes. Este estudo apresenta um relato de experiências de práticas educativas cuja clientela possui uma realidade social marginalizada. Sendo assim, objetivamos analisar o ensino de Libras como ferramenta metodológica no ensino-aprendizagem de alunos surdos e ouvintes, tendo em vista o processo de inclusão/exclusão social em que estão inseridos. A proposta foi aplicada em uma escola pública do Maranhão e fomentou reflexões acerca do ambiente escolar como lugar de produções de subjetividades e saberes que atravessam o fazer docente.

**Palavras-chave:** Libras, comunicação, inclusão social.

### 1 INTRODUÇÃO

A história da educação de surdos mostra-nos como as práticas voltadas às pessoas surdas são produtos do olhar social para a pessoa com deficiência. Nessa direção, acompanhando o movimento histórico-social do fim da década de 1980, quando a educação especial passou a ser pensada nos caminhos da educação inclusiva, as políticas públicas através da legislação movimentaram-se para a garantia de acessibilidade para as pessoas com deficiência. No entanto, no caso dos surdos, somente em 2002, com a Lei nº 10.436, esse direito ganhou mais força com o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio de comunicação.

As reivindicações dos movimentos em prol da acessibilidade dos surdos em espaços públicos permitiram a presença dessas pessoas em instituições escolares. No Maranhão, a inserção de surdos em escolas regulares se deu na década de 1960, em direção a uma integração, ou seja, a presença física dos alunos sem a garantia comunicacional e sob o viés de uma normalização. Somente no final da década de 1990 foi garantido um profissional na

função de intérprete de Libras para acompanhar os surdos em sala de aula em uma escola estadual em São Luís (SANTOS, 2007; SOUSA, 2010; DIAS, 2018). Atualmente, diversas escolas estaduais e municipais representam essa realidade, permitindo que a Libras se faça presente no cotidiano escolar.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, estabelece que o uso e a difusão da Libras deve ocorrer também na comunidade escolar (BRASIL, 2005, art. 14, inciso V). No artigo 15, estipula que o ensino de Libras deve ser inserido nos espaços escolares de modo funcional e instrumental. Com base na legislação e em todos os debates existentes na literatura acerca da educação de surdos, salientamos a relevância de criarmos ambientes escolares que contribuam para real inclusão desses discentes, indo ao encontro de uma escola mais democrática. Em consonância com Silva (2015), é necessário inserir o surdo em um diálogo com o outro, permitir relações humanas, vínculos. Eis a necessidade de se ampliar a Língua Brasileira de Sinais para os demais sujeitos da comunidade escolar.

Seguindo a perspectiva de que a inclusão não se efetiva apenas com o uso da Libras durante as aulas e momentos esporádicos de conversação, consideramos importantes projetos educacionais que possibilitem o acesso à Libras em contextos de uso, que rompam com as barreiras do vocabulário por si mesmo, isto é, a inclusão é muito mais que ensinar/aprender sinais conforme os campos semânticos, sabemos que inclusão não se limita ao aspecto linguístico, mas envolve outros fatores, como a estrutura física, humana, familiar e políticas públicas de investimento. Caminhamos na concepção de inclusão ressaltada por Martins e Lacerda (2016), que significa potencializar os saberes na Libras como caminho para constituição de sujeitos surdos e saberes que os ressignificam para além de corpos deficientes.

Dessa maneira, esta proposta representa um relato de experiência com o ensino de Libras para ouvintes em uma escola pública do Maranhão, na qual estão matriculados três alunos surdos nas séries finais do ensino fundamental.

O objetivo desta produção é analisar o ensino de Libras como ferramenta metodológica no ensino-aprendizagem de alunos surdos e ouvintes, tendo em vista o processo de inclusão/exclusão social em que estão inseridos. Partimos da ideia que a Libras pode ser utilizada como instrumento de inclusão e inovação da prática educativa de todos os alunos, de modo que contribua para interação entre os discentes e valorização de suas potencialidades.

## **2 DA ESTRUTURA À PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA DESCRIÇÃO EMPÍRICA**

A escola é municipal localizada próximo à capital do Estado. Possui uma estrutura básica: salas de aula do 6º ao 9º ano, um espaço com poucos livros que seria a biblioteca, sala de professores, secretaria/diretoria, cozinha e um pequeno pátio. A realidade de parte dos alunos reflete uma situação de criminalidade e marginalização social, em que não há um acompanhamento familiar. A escola conta com professoras-intérpretes da área de Libras. Os alunos surdos estão na faixa etária de 13 a 15 anos e não possuem fluência em Libras. Dos três alunos, um está em situação de evasão, os outros frequentam a escola regularmente e no contra turno a sala de recursos que funciona em outra escola.

Inicialmente, o acompanhamento realizado pelas intérpretes se limitava aos conteúdos e no trabalho de orientação junto aos professores. No entanto, no ano de 2017, a defasagem do quadro de professores aumentou e os alunos passaram a ficar ociosos em alguns horários. Além disso, a equipe de professores dialogava constantemente sobre a necessidade da realização de projetos que ocupassem os discentes, que os permitissem a troca de conhecimentos e dinamizassem a aprendizagem.

Esses fatores levaram à organização, no segundo semestre de 2017, de um projeto orientado para o ensino de Libras na escola, que culminou com a apresentação de um coral formado pelos alunos das turmas que tinham surdos. Primeiramente, os horários vagos passaram a ser utilizados para o ensino de Libras e momentos de diálogos sobre os surdos e temas afins. Após a escolha das músicas, organizamos um cronograma de ensaios e selecionamos os alunos interessados em participar do coral. Vale ressaltar que um dos critérios para permanência no coral foi a frequência e o desempenho escolar.

Durante todo o semestre, os alunos se dedicaram e outros discentes das turmas que não possuíam surdos mostraram interesse e foram envolvidos no projeto. A ideia do coral foi expandida: dois professores organizaram outro grupo de alunos para uma cantata natalina que seria oralizada, enquanto o coral de Libras sinalizaria. Assim, a culminância se deu com festa de final de ano, na qual os discentes apresentaram músicas, poesias e encenações. O momento foi finalizado com apresentações do coral natalino e do coral sinalizado em frente à escola, socializando com a comunidade local.

Em 2018, com a volta das aulas, as intérpretes retornaram com o ensino de Libras e ampliaram para momentos de formação com os professores. No entanto, as ações não se sucederam, haja vista uma desmotivação por conta de problemas estruturais e humanos. Os resultados de todo esse processo serão apresentados no próximo tópico.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante da descrição realizada, vejamos três temáticas para analisar: o envolvimento da comunidade escolar com a Libras e com o surdo; a participação dos discentes ouvintes e a Libras como parte de um todo: a inclusão social.

O envolvimento da comunidade escolar com os alunos surdos foi ressignificado. Antes da realização do projeto, os surdos não interagiam com os ouvintes, a menos que já se conhecessem fora da escola. Apresentar a Libras para os discentes, desmistificar algumas ideias que tinham sobre a Libras e sobre o surdo permitiu que o fosso existente entre os alunos surdos e os ouvintes diminuísse. Essa abertura do espaço escolar para os saberes acerca do surdo e suas especificidades possibilitou uma flexibilização do olhar da comunidade escolar para os alunos surdos, considerando-os como sujeitos capazes e participantes no ambiente escolar e seus saberes. Afinal, “[...] ter acesso não significa apenas ter matrícula e um lugar físico assegurado, mas ser sujeito participante, tanto social como cognitivamente, da construção e da divisão desse saber” (SILVA, 2015, p. 43).

O ensino de Libras para os ouvintes modificou o viés da surdez tomada como deficiência para um olhar socioantropológico, ou seja, se antes as concepções dos alunos convergiam para uma visão estritamente patológica, após o andamento do projeto pudemos aprofundar as reflexões acerca do ser surdo sob o viés da diferença linguística. Nessa direção, tal como afirma Silva (2015), é necessário pensar sobre a singularidade do sujeito surdo para seguirmos nos debates sobre inclusão e novos rumos metodológicos na educação de surdos.

Vale ressaltar o valor das experiências que aqui relatamos, afinal saberes empíricos institucionalizam práticas. No âmbito da educação de surdos, as práticas foram geradas do movimento de resistência e luta (MARTINS; LACERDA, 2016). Essa perspectiva nos leva à narrativa de nossa prática como forma de induzir a uma constante reflexão e diálogos com outros fazeres pedagógicos.

O segundo ponto que podemos debater sobre o ensino de Libras na escola direciona-se para a possibilidade de mudanças nas ações dos alunos ouvintes. Dito de outra forma, boa parte dos discentes ouvintes vivem em um contexto de exclusão social e uma aparente desmotivação diante das aulas. A língua brasileira de sinais apareceu como algo novo e, até então, inacessível a eles. Considerando que para a permanência no projeto deveriam apresentar assiduidade e participação efetiva nas aulas, os discentes envolvidos obtiveram sucesso nesses fatores, em que o corpo docente notou a transformação positiva na postura de muitos alunos. À luz de Santos (2015, p. 56):

A escola que cumpre suas funções sociais e políticas da educação escolar percebe que tem compromisso com a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo, isso para todo e qualquer sujeito. Nesse sentido, a escola para surdos deve estar voltada para a construção de um perfil de cidadão que supera a simples acumulação de conhecimento ou a sua repetição mecânica, mas compreende como o conhecimento transforma e é transformado pelo sujeito.

Cabe aqui descrever o relato de uma aluna ouvinte participante do coral de Libras. Em um dia de ensaio, durante o intervalo, foi interrogada sobre a motivação em estar no coral e aprender o básico de Libras. A aluna prontamente respondeu que era uma ocupação diferente para ela e que em casa teria como se desligar dos problemas que tinha com a avó e esquecia um pouco da mãe que não dava atenção a ela, já que estava se ocupando em treinar sua sinalização. Outro fator que podemos citar é que uma das turmas envolvidas no coral era composta por alunos de 14 a 16 anos, os quais estavam apresentando comportamento hostil. Com a participação no projeto do coral em Libras, já diminuía o tempo ocioso e, portanto, a probabilidade de se envolverem em possíveis problemas no ambiente escolar.

O interessante a frisar é que, durante as aulas, alguns professores passaram a solicitar informações sobre sinais que poderiam utilizar para uma comunicação básica com os alunos surdos. Não somente as professoras-intérpretes de Libras apresentavam os sinais como os alunos ouvintes também. Além disso, durante os intervalos os docentes mostram-se curiosos para aprender um pouco mais, assim como os surdos ficam constantemente rodeados de ouvintes tentando se comunicar, isto é, ratificamos que a socialização entre surdos e ouvintes se intensificou.

Nesse sentido, podemos afirmar que trazer a Libras para o espaço escolar responde ao que a legislação determina, responde ao que as políticas públicas impõem, mas responde mais ainda à necessidade de direcionarmos o ato educativo responsável. Nesse sentido, ter a Libras

como ferramenta metodológica na educação de surdos é o mínimo esperado pela realidade atual, porém ampliar o acesso a essa língua para os demais alunos e utilizá-la como instrumento de socialização e inclusão é direcionar para uma educação entendida como responsabilidade social.

Segundo Batalloso (2012, p. 154):

Trata-se de uma educação comprometida com os seres humanos de seu tempo e sensivelmente dirigida à aprendizagem da existência humana em duplo sentido. Por um lado, conseguir desenvolver atitudes de atenção diante de situações em que me encontro como sujeito individual e como sujeito social e por outro lado, ser capaz de aprender das experiências concretas e cotidianas [...].

Diante de alunos surdos que não possuem investimento efetivo no atendimento educacional especializado, diante de uma escola que possui um entorno marginalizado, diante de uma estrutura pedagógica que desconhece a Libras e o indivíduo surdo, diante de alunos ouvintes que não possuem oportunidades eficazes para pensar em reais mudanças de modo a não reproduzirem o que são fadados pela realidade social em que vivem, pensamos no ensino de Libras como um elemento de uma educação humana e inclusão social.

Este ano (2018), tivemos pequenos momentos de formação com os professores e com a gestão. No entanto, o ensino de Libras e o coral formado por alunos não se efetivou, assim como os momentos de formação não se sucederam. Isso se deu devido a fatores internos de desestruturação da equipe: relação instável entre gestão e professores, mudança inesperada de gestão no segundo semestre, excesso de faltas dos professores e declarada desmotivação com as atividades da escola. Este foi o fator central para não conseguirmos seguir em frente com o projeto, afinal como Silva (2015, p. 48) afirma:

Vale frisar que é o educador quem implementa propostas pedagógicas. O seu trabalho, aliado ao de alunos e pais, com a colaboração de todos os participantes interessados em um projeto educacional de qualidade, pode trazer mudanças significativas à realidade educacional brasileira. Recursos didáticos podem auxiliar o profissional em seu cotidiano, mas cabem a ele, e tão somente a ele, a decisão e o trabalho de transformar a prática pedagógica.

Nessa conjuntura, reafirmamos a necessidade de pensar a Libras como um elemento essencial na inclusão de surdos, porém como parte de um todo. Para que hajam ações pedagógicas significativas, os profissionais docentes precisam estar engajados. Sem a participação e o interesse da equipe pedagógica não conseguimos avançar para uma educação humana e transformadora.

## 4 CONCLUSÕES

Novas perspectivas no contexto educacional para alunos surdos são viáveis, ainda que ainda hajam lacunas a serem preenchidas e caminhos a serem acertados. Nesse sentido, falar em educação exige uma atitude política, falar em inclusão exige prática, isto é, educação inclusiva reflete uma ação política que reafirma constantemente o papel social do fazer pedagógico.

No contexto dessa experiência, outras discussões podem ser feitas, tal como papel do professor-intérprete na escola, a codocência, o papel da família, a elaboração do projeto político-pedagógico da escola de forma que contemple os alunos surdos e a capacitação dos professores. Ainda que estes fatores não sejam esgotados neste trabalho, são necessários a serem considerados.

Todas as reflexões possíveis de serem construídas partem da perspectiva da escola como instituição aberta à diversidade. Alunos surdos e ouvintes trazem realidades sociais e subjetividades diversas, saberes culturais múltiplos. Assim, permitir a troca desses saberes e a interação cultural por meio da língua brasileira de sinais faz da escola espaço de inclusão social.

## REFERÊNCIAS

BATALLOSO, Juan Miguel. Educação e condição humana. In: MORAES, Maria Cândida; ALMEIDA, Maria da Conceição (orgs). **Os sete saberes necessários à educação do presente**: por uma educação transformadora. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. p. 149-184.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2017.

DIAS, Walquiria Pereira da Silva de. **Travessias e resistências: práticas de subjetivação do sujeito tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa nos documentos oficiais.** 2018. 125 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Maranhão, UFMA. São Luís. Disponível em: < <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2189> >. Acesso em: 10 set. 2018.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira de; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Educação inclusiva bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas educacionais e linguísticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 21, maio/ago., 2016. p. 163-178. Disponível em: < <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/3277/2286> >. Acesso em: 10 fev. 2018.

SANTOS, Janaína Teles Pereira. **O tradutor/intérprete de Libras nas tramas da lei: possibilidades de atuação e formação na contemporaneidade.** 2007. Monografia (Especialização em Educação Especial). Universidade Federal do Maranhão. São Luís.

SANTOS, Kátia Regina de Oliveira Rios Pereira. Educação especial e escola: reflexões sobre os projetos educacionais para alunos surdos. In: FERNANDES, Eulália (org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 51-64.

SILVA, Angela Carrancho da. A representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar. In: FERNANDES, Eulália (org.). **Surdez e bilinguismo.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 39-50.

SOUSA, Danielle Vanessa Costa. Interpretação Libras/Português: uma análise da atuação dos tradutores-intérpretes de Libras de São Luís. **Revista Littera**, v. 1, n. 1, jan-jul, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/108>>. Acesso em: 28 dez. 2016.